

14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Relator vota a favor de poupadores no STJ

Ministro defende que não há necessidade de fazer parte de associações para pedir ressarcimento de prejuízo em planos

Julgamento, que ocorre a pedido dos bancos, é suspenso por pedido de vista; questão de perdas também está no STF

FLAVIA LIMA
DE BRASÍLIA

Os poupadores que pedem na Justiça o ressarcimento das perdas ocorridas com os planos econômicos estão em vantagem no STJ (Superior Tribunal de Justiça), em julgamento que acabou suspenso por um pedido de vistas nesta quarta-feira (13).

Único a proferir seu voto, o ministro e relator do caso, Raul Araújo, se pronunciou a favor de que todo poupador que se considerou lesado por planos econômicos e pediu ressarcimento das perdas em ações coletivas pode ser beneficiado por eventuais decisões judiciais.

Não há, segundo ele, a necessidade de o poupador fazer parte de alguma das associações de direito ao consumidor no momento em que a ação foi proposta, como defendem os bancos.

O ministro relator decidiu também que os bancos sucessores responderão pelos ativos de poupança que foram incorporados de outras instituições, como o HSBC, no caso do Bamerindus, ou do Banco do Brasil, que ficou com os ativos da Nossa Caixa.

O julgamento foi suspenso por um pedido de vistas feito pelo ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, que prometeu

não levar muito tempo para recolocar a questão em julgamento no tribunal.

Ainda irão votar sete ministros, mais o presidente em caso de empate.

O STJ julga pedido dos bancos de que apenas os poupadores filiados às associações sejam beneficiados por decisões e acordos.

A tentativa, dizem as associações de defesa dos poupadores, é reduzir o conjunto de eventuais beneficiários.

Segundo advogado da Frente dos Poupadores, Luiz Fernando Pereira, os bancos tentam impedir que o "ganhador leve o troféu".

TENTATIVA DE ACORDO

Enquanto a questão não for julgada, bancos e representantes de poupadores não devem voltar à mesa das negociações, suspensas justamente em razão do pedido dos bancos ao STJ.

Desde o ano passado, bancos e representantes de poupadores buscam um acordo para pôr fim à disputa.

O assunto, no entanto, corre na Justiça há cerca de 30 anos. Correntistas dos maiores bancos do país que tinham caderneta de poupança nos anos 1980 e 1990 pedem na Justiça o ressarcimento pelo congelamento de suas aplicações durante os planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 e 2 (1990) e Collor 2 (1991).

Segundo as associações de defesa dos poupadores, na prática, o critério defendido

pelos bancos, de necessidade de filiação prévia à ação, reduz praticamente a zero o número dos que têm condições de executar as ações coletivas e abre espaço para o pagamento de valores irrisórios por parte dos bancos.

A questão das perdas da poupança também está no STF (Supremo Tribunal Federal), que incentiva que as partes cheguem a um acordo para colocar fim a numerosas ações na Justiça.

A negociação está sendo mediada pela AGU (Advocacia-Geral da União), com a ajuda do Banco Central.

Segundo os representantes dos poupadores, 1,2 milhão de cadernetas de poupança são objeto do acordo em ações coletivas e individuais.

Os representantes dos poupadores acreditam que podem vencer na disputa definitiva no STF, uma vez que inúmeras ações individuais já foram julgadas a seu favor no passado.

Se chegarem a um acordo com a abrangência definida hoje, os bancos teriam de pagar indenizações entre R\$ 11 bilhões e R\$ 16 bilhões.

14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

STF rejeita pedido de Temer contra Janot

Com negativa de suspeição, procurador pode abrir nova denúncia contra presidente antes da sua saída do cargo

Na sessão, foi levantado ainda se o procurador-geral foi enganado pelo seu ex-auxiliar durante a delação da JBS

LETÍCIA CASADO
REYNALDO TUROLLO JR.
DE BRASÍLIA

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) negaram por unanimidade nesta quarta (13) pedido de suspeição feito pela defesa do presidente Michel Temer contra o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que teve sua atuação elogiada pelos magistrados.

Por outro lado, a provável nova denúncia que o procurador deve apresentar contra Temer, esperada ainda para esta semana, deverá ficar parada no Supremo até que os ministros julguem uma questão levantada por um pedido da defesa do presidente.

Temer pediu ao relator dos processos que o envolvem, Edson Fachin, que uma eventual denúncia contra ele seja sustada — não seja enviada para análise da Câmara — até que o STF decida sobre a validade das provas entregues por delatores da JBS.

Pela Constituição, o presidente só pode ser processado criminalmente no STF se os deputados autorizarem. Fachin levou o pleito ao plenário, mas o julgamento foi suspenso às 18h10 por causa do horário e só será retomado na próxima semana.

Uma ala dos ministros disse, em conversas reservadas, que, caso Janot denuncie Temer nesta semana, a acusação não deverá ser enviada para a Câmara até que a corte decida sobre o pedido da defesa do presidente. Um ministro considerou que Temer teve uma vitória e ganhou tempo, porque a análise da questão não foi concluída antes da saída de Janot do cargo, no domingo (17).

Outra ala diz que a validade das provas da delação só pode ser verificada ao final do processo penal. Por esse entendimento, o STF só poderia avaliar a questão após a Câmara autorizar e a ação penal ser aberta.

Para o ministro Celso de Mello, decano da corte, nada impede que Janot ofereça ao STF denúncia contra o presidente. Segundo ele, o que a defesa quer, se isso vier a acontecer, é que a denúncia só possa seguir para a Câmara após a validação das provas da delação.

A sessão começou com o julgamento de um pedido de suspeição de Janot feito pela defesa de Temer, que pretendia afastar o procurador-geral das investigações sobre o presidente. Por 9 a 0, os ministros negaram o pedido. Dois ministros, Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, não estavam.

“Absolutamente nada autoriza a extração da conclusão de que haveria uma inimizade capital [entre Janot e Temer]”, disse Fachin.

Na segunda parte da sessão, Gilmar Mendes veio ao plenário e questionou o procurador Nicolao Dino, representante de Janot na sessão, se o procurador-geral foi enganado por seu ex-auxiliar Marcello Miller, suspeito de ter ajudado a JBS a elaborar seu acordo de delação. Dino disse que sim.

14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Recurso frágil

STF acerta ao recusar tese da suspeição de Janot, da lavra da defesa de Temer; conduta da Procuradoria, entretanto, ainda deve ser investigada

Compreende-se o empenho de Michel Temer (PMDB) e de seus defensores no sentido de evitar novas turbulências políticas e complicações com a Justiça. Não se mostram consistentes, todavia, as tentativas de sustar de ações contra o presidente e o governo pela via da imaginação advocatícia.

Foi corretamente rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal, na tarde desta quarta-feira (13), a solicitação de que se considerassem dignas de suspeição as atitudes do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

O recurso encaminhado ao STF considerava existirem indícios suficientes de que o chefe do Executivo seja alvo de “inimizade capital” de Janot. Como evidência de perseguição, citou-se a célebre frase deste segundo a qual “enquanto houver bambu, lá vai flecha”.

Por unanimidade, os ministros presentes na corte rejeitaram tal argumento. O recurso a uma figura de linguagem algo despropositada não vem a constituir, com efeito, sinal de desavença particular e pessoal entre o titular da PGR e o presidente da República.

Também se considerou improcedente outra tese em favor da suspeição de Janot — a de que seu papel como acusador estaria comprometido pela possibilidade de que

um membro do Ministério Público tenha oferecido orientações à defesa de Joesley Batista, quando se negociava sua delação premiada.

Seria necessária a participação direta de Janot nesse episódio para que sua suspeição se comprovasse.

Toda a argumentação invocada em favor de Temer guarda desconfortável semelhança, como já se observou largamente, com os recursos invocados pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) arguindo a parcialidade do juiz federal Sérgio Moro.

Não há dúvida de que, em especial no ocaso de seu mandato como procurador-geral, Rodrigo Janot cometeu erros capazes de comprometer sua credibilidade.

O mais flagrante, como se sabe, foi ter concedido virtual impunidade aos irmãos Joesley e Wesley Batista, em troca da revelação de condutas potencialmente ilícitas do presidente da República.

Não poucas irregularidades são apontadas em todo o processo investigativo que cerca o encontro entre Joesley e Michel Temer, no Palácio do Jaburu, em março.

Não há como contestar desde já, entretanto, a validade das provas obtidas — e é este outro ponto em que residem as esperanças dos advogados, não só do presidente mas também de seu ex-assessor Rodrigo Rocha Loures, flagrado com uma mala de dinheiro depois da fatídica conversa.

Esse tópico voltará a ser discutido pelo Supremo. Até lá, o país deverá conhecer uma nova peça acusatória contra o presidente.

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Janot 9 x 0 Temer

14 SET 2017

BRASÍLIA - Às vésperas de virar alvo da segunda denúncia criminal, Michel Temer sofreu uma dura derrota no Supremo. Por unanimidade, a corte negou o pedido para afastar Rodrigo Janot das investigações que o envolvem. O procurador venceu o presidente de goleada: 9 a 0.

A defesa queria que Janot fosse declarado suspeito por "ausência de imparcialidade". Se o tribunal aceitasse a tese, os dois inquéritos contra o presidente iriam para as calendas. Assim, Temer não teria mais motivos para se preocupar com a Lava Jato.

O advogado Antônio Cláudio Mariz disse que o presidente "quer trabalhar, mas não consegue", porque "a cada momento uma nova denúncia aparece". Ele ainda acusou a imprensa, a culpada de sempre, de "dar eco para propagar o mal" contra Temer.

"É um homem que responderá pelo Brasil por um ano e meio. Deixem-no em paz!", apelou o causídico, antes de dizer que as acusações causam grande "sofrimento" ao peemedebista, à mulher e a um "irmão doente".

Se a ideia era arrancar lágrimas, não funcionou. Nove juízes ouviram o discurso sem demonstrar qualquer emoção. O ministro Gilmar Mendes, que costuma se sensibilizar com os dramas de Temer, curiosamente não apareceu no plenário para votar.

"Os fatos descritos não configuram causa de suspeição", disse a ministra Rosa Weber. "O presidente não foi o alvo exclusivo das ações do procurador. Outros partidos e outros políticos foram igualmente atingidos", reforçou Ricardo Lewandowski.

Aos poucos, a sessão ganhou tom de desagravo ao procurador-geral. "Não posso deixar de reconhecer a atuação responsável, legítima e independente de Rodrigo Janot, que tem exercido a chefia do Ministério Público com grande seriedade", disse o decano Celso de Mello.

Os elogios não livram Janot de explicar as relações suspeitíssimas de seu ex-auxiliar Marcello Miller com a JBS. Mesmo assim, o procurador obteve uma vitória expressiva a quatro dias de deixar o cargo.

14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Lula afirma que Palocci faz 'ficção' e é frio e calculista

Petista rebateu a Moro acusação de ter feito 'pacto de sangue' com Odebrecht

Ex-presidente prestou depoimento em ação sobre compra de área para o Instituto Lula pela empreiteira

ANA LUIZA ALBUQUERQUE
CATIA SEABRA
ENVIADAS ESPECIAIS A CURITIBA
ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em seu segundo depoimento ao juiz Sergio Moro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou o ex-ministro Antonio Palocci de "calculista, frio e simulador" e negou que tenha feito qualquer tipo de acerto ilícito com a empreiteira Odebrecht.

"É a peça de ficção mais hilariante que eu vi", disse.

O ex-presidente falou por duas horas nesta quarta (13), uma semana depois que seu ex-ministro da Fazenda afirmou que ele avalizou um "pacto de sangue" com a Odebrecht, com o pagamento de R\$ 300 milhões em vantagens indevidas em troca de manter o protagonismo da empreiteira no governo.

"A desfaçatez do companheiro Palocci foi de tal magnitude que ele inventou uma história", afirmou.

Nessa ação, Lula é acusado de se beneficiar de vantagens indevidas pagas pela empreiteira Odebrecht —incluindo a compra de um terreno que seria destinado ao

Instituto Lula e cuja negociação teria sido intermediada por Palocci. O ex-ministro também é réu na ação e negocia delação premiada.

Lula disse que Palocci nem sequer era responsável por assuntos do instituto e que só se encontrava com o ex-ministro, depois de sua saída do governo, uma vez a cada oito meses. O petista afirmou não ter raiva de Palocci e disse que "ele tem o direito de querer ser livre".

"O que não pode é, se você não quer assumir a tua responsabilidade pelos atos ilícitos que você fez, não jogue em cima dos outros."

REUNIÃO

Na audiência, o Ministério Público apresentou a Lula uma pauta de reunião de Emílio Odebrecht, patriarca da empreiteira, com Lula, que foi entregue à investigação.

A reunião teria ocorrido no dia 30 de dezembro de 2010, fim do governo Lula, no Palácio do Planalto.

O primeiro item da pauta é "Passagem' do histórico de parceria" —o que seria uma referência à troca de governo, de Lula para Dilma, e ao acerto ilícito feito com o intermediário de Palocci.

Na mesma agenda são listados, debaixo do título "Com ele", os itens: "Estádio Corinthians, Obras Sítio, 1ª Pista Angola e Instituto".

O petista disse que o documento é falso. "Essa agenda é mentirosa e nunca existiu", afirmou.

LAVAJATO

Lula ainda aproveitou o depoimento para fazer duras críticas ao Ministério Público Federal e à Operação Lava Jato, acusando-a de promover uma "caça às bruxas".

"O que menos preocupa vocês agora é prova", disse.

Para ele, a Lava Jato ficou "refém da imprensa". "Estamos vendo o que está acontecendo com o [Rodrigo] Janot", disse, se referindo ao procurador-geral da República.

Por diversas vezes, Lula criticou o "Ministério Público da Lava Jato", afirmando que o órgão enveredou por um caminho para incriminá-lo e que "contaram uma grande mentira com PowerPoint".

Houve momentos de tensão entre o ex-presidente e Moro. Lula chegou a acusar o juiz de ser desrespeitoso, e o magistrado pediu por pelo menos duas vezes que ele "não fizesse campanha ou discurso" e se ativesse à ação.

CONTINUA

14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ao final da audiência, o petista fez uma pergunta a Moro: se ele poderia dizer aos netos que foi prestar depoimento a um juiz imparcial. Ele respondeu que sim, ao que Lula retrucou: “Porque não foi o procedimento na outra ação”.

Em certo momento, Moro afirmou que Lula “talvez estivesse um pouco rancoroso”.

Lula responde: “Eu fico preocupado quando as pessoas inventam uma história e tentam a cada momento transformar aquela inverdade em verdade”.

Em julho, dois meses após prestar o primeiro depoimento a Moro, Lula foi condenado nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em outro caso —ele é acusado de receber propina da empreiteira OAS com a cessão e reforma de um triplex em Guarujá (SP).

Para o advogado Cristiano Zanin Martins, que defende o ex-presidente, a Lava Jato “não busca a verdade”.

Zanin afirmou que a base do caso atual envolve oito contratos firmados pela Petrobras e que Moro e os procuradores não fizeram qualquer pergunta sobre isso.

Segundo ele, não existe nenhuma prova de que qualquer valor oriundo de contratos com a estatal tenha sido dirigido ao ex-presidente, direta ou indiretamente.

Colaboraram FELIPE BÄCHTOLD e MARIO CESAR CARVALHO, de São Paulo, CAROLINA LINHARES, de Belo Horizonte, JOÃO PEDRO PITOMBO, de Salvador

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 SET 2017

A AÇÃO PENAL CONTRA LULA

Processo é o segundo do ex-presidente com Moro

Acusação

Lula é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro em razão de contratos firmados entre a Petrobras e a Odebrecht

Versão dos procuradores

A Odebrecht comprou um terreno em SP onde seria instalado o Instituto Lula e um apartamento vizinho ao dele em São Bernardo do Campo (SP)

R\$ 12,4 milhões

foi o valor que a Odebrecht desembolsou com as duas operações, segundo a acusação. O apartamento custou R\$ 504 mil

OS RÉUS

Além de Lula, são réus mais sete acusados, incluindo Antonio Palocci, Marcelo Odebrecht e Glauco da Costamarques

O QUE DIZEM



Marcelo Odebrecht

Em depoimento na semana passada, o empresário reiterou que Lula sabia da existência de uma conta de propina da empresa a seu favor e que a empresa bancava gastos do ex-presidente



Palocci

Afirmou que Lula fez um "pacto de sangue" com a Odebrecht ao fim do seu governo. Afirmou que a empreiteira disponibilizou R\$ 300 milhões em propina, sendo parte para o petista

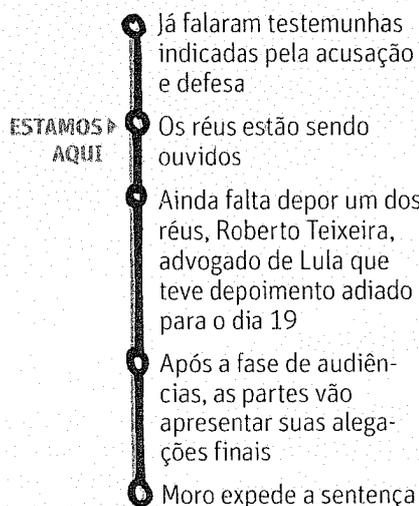


Defesa de Lula

Vem negando as acusações. Diz que o instituto nunca funcionou no terreno mencionado e que Palocci faz acusações apenas para conseguir firmar um acordo para sair da cadeia

TRÂMITE

O caso tramita desde o fim de 2016



Não há prazo definido para a sentença. No caso do triplex de Guarujá, a decisão do juiz saiu dois meses depois do depoimento de Lula

> OUTRO LADO <

Dissimulado é Lula, diz defesa de ex-ministro

O advogado do ex-ministro Antonio Palocci, Adriano Bretas, rebateu as afirmações do ex-presidente Lula sobre seu cliente e afirmou que "dissimulado é ele [Lula], que nega tudo o que lhe contraria".

"Enquanto o Palocci mantinha o silêncio, ele era inteligente e virtuoso; depois que resolveu falar a verdade, passou a ser tido como calculista e dissimulado", afirmou o defensor.

A defesa manteve o teor do depoimento de Palocci, dado na semana passada, e acusou Lula de se esquivar dos fatos e "ter a pachorra" de dizer que se encontrava pouco com o ex-ministro.

6 ações penais

já foram abertas contra o ex-presidente no Paraná e no DF

3 denúncias

foram oferecidas contra Lula desde a semana passada. A Justiça ainda vai decidir se abre processos

9,5 anos de prisão

foi a condenação imposta por Sergio Moro no caso triplex, que agora tramita na 2ª instância

14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

LULA DEPÕE
A MORO

O SR. TEM O DIREITO
DE PERMANECER CALADO.
TUDO O QUE DISSER
PODERÁ SER USADO
CONTRA VOSSA
PESSOA...



14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Juízes pedem aumento da pena de José Dirceu

Defesa diz que processo
não se encerra no TRF

JOSÉ MARQUES

ENVIADO ESPECIAL A PORTO ALEGRE

A maioria da oitava turma do TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região, em Porto Alegre, votou nesta quarta-feira (13) pelo aumento da pena que o juiz Sergio Moro aplicou ao ex-ministro José Dirceu, condenado a 20 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e organização criminosa.

Dos três juízes que compõem a turma, dois decidiram que a pena de Dirceu deve ser aumentada: o relator João Pedro Gebran Neto (41 anos e quatro meses) e o revisor Leandro Paulsen (27 anos, 4 meses e 20 dias). Depois dos votos, o terceiro magistrado, Victor Luiz dos Santos Laus, disse que tinha dúvidas sobre pontos do processo e pediu vista.

Gebran e Paulsen concordaram que há "inúmeras provas testemunhais e materiais" contra Dirceu de que ele cometeu os crimes, mas divergiram sobre a pena.

Depois do julgamento, o advogado de Dirceu, Roberto Podval, disse que irá esperar para emitir comentários e afirmou que o processo não se encerra no TRF. Mesmo se condenado em segunda instância, a defesa do ex-ministro ainda pode recorrer ao próprio tribunal.

Depois, o processo volta a Moro para execução --determinação de prisão.

No processo, o Ministério Público acusa José Dirceu de ter recebido R\$ 10 milhões em propinas da empreiteira Engevix, por meio de contratos superfaturados com a diretoria de Serviços da Petrobras, e essas propinas eram transferidas para o PT, cujo tesoureiro era João Vaccari Neto. Uma dos operadores desta propina era o lobista Milton Pasco-witch, que virou delator.

A principal divergência do julgamento, no entanto, foi em relação a Vaccari Neto, também réu no processo. Em ação anterior, Vaccari foi absolvido. Desta vez, o relator Gebran votou por uma pena de 40 anos de prisão contra o petista, mas Paulsen pediu absolvição. O revisor Leandro Paulsen disse que essa ação tem "pouco lastro probatório", "ainda menos" que a ação que absolveu Vaccari, e é baseada apenas em depoimentos de delatores.

Dirceu é monitorado por tornozeleira eletrônica.

PAINEL

Geni Em depoimento ao juiz Sergio Moro o ex-presidente Lula deixou claro que também vê na atuação de Miller na PGR um flanco para desacreditar denúncias que pesam contra ele. O ex-procurador participou da delação de Delcídio do Amaral, que atribui crimes ao petista.

Não para A PGR fechou a colaboração do ex-superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná, Daniel Gonçalves, apontado como chefe de esquema investigado na Operação Carne Fraca. A delação, que atinge o PMBD, será encaminhada ao ministro Dias Toffoli, do STF.

PAINEL

Só Rivotril resolve Após ser criticada por colegas, a presidente do STJ, Laurita Vaz, enviou nesta quarta (13) um ofício aos ministros. Disse esperar que "a serenidade volte a habitar os corações, sem mágoas, nem rancores".

14 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Nuno Cobra é alvo de 3ª queixa por suspeita de crimes sexuais

Mulher disse ao Ministério Público ter sido vítima de preparador em evento literário

ANTONIO MAMMI
DE SÃO PAULO

O Ministério Público Federal recebeu na terça-feira (12) novo relato de mulher que diz ter sido vítima de crime sexual do preparador físico Nuno Cobra, 79. O episódio teria ocorrido em um evento literário de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, em 2013.

É a terceira acusação desse tipo contra Cobra, que ganhou notoriedade após trabalhar com Ayrton Senna.

O preparador físico foi preso na segunda (11), após ser condenado a 3 anos e 9 meses de prisão por violação sexual durante um voo em 2015.

A pena poderia ser convertida em serviços comunitários, mas a juíza Raecler Baldresca, da 3ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo, decretou sua prisão preventiva diante de uma nova suspeita de abuso sexual.

A segunda vítima, uma jornalista, teria sido assediada depois de uma entrevista realizada em agosto deste ano.

O advogado de Cobra, Sergei Cobra Arbex, nega as acusações. Em relação especificamente ao episódio em Ribeirão Preto, ele disse não ter informações, mas que a denúncia poderia ser resultado de comoção pela divulgação das queixas anteriores.

Em e-mail enviado à reportagem, a mulher que depôs por vídeo ao Ministério Público Federal diz que trabalhava como assistente no evento literário do interior paulista —do qual Cobra, autor do best-seller “A Semente da Vitória”, era convidado.

Na ocasião, ela disse que foi ao camarim do preparador para informar a proximidade do horário da palestra.

Segundo a versão relatada, após pedir e receber um copo de água, Cobra passou a mão nas coxas dela e sugeriu que ela poderia acalmá-lo.

A mulher afirma que saiu do camarim, chorou e comentou a situação com uma das responsáveis pela organização. Em seguida, diz ter sido dispensada para ir para casa.

14 SET 2017

GAZETA DO POVO

Ministro homologa delação que vincula Richa a desvios em obras de escolas

Com decisão do ministro Luiz Fux, do STF, depoimentos de Eduardo Lopes de Souza poderão ser usados nas investigações decorrentes da Operação Quadro Negro



O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou, na última sexta-feira (8), o termo de colaboração premiada do empresário Eduardo Lopes de Souza, dono da Valor Construtora. A informação foi divulgada pelo telejornal Paraná TV, da RPC. A empreiteira está envolvida em um esquema de desvios de recursos públicos de obras de construções e reformas em escolas estaduais do Paraná, investigado pela Operação Quadro Negro. Segundo o delator, o dinheiro abasteceu a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB).

CONTINUA

Com a decisão, o conteúdo da delação agora poderá ser usado na investigação a cargo da Procuradoria-Geral da República (PGR). No acordo, o empreiteiro se compromete a apresentar provas do que disse e entregar bens, para, em troca, não ser preso e permanecer com tornozeleira eletrônica por dois anos.

A delação de Eduardo Lopes de Souza veio à tona no início deste mês. O empresário detalhou que o ex-diretor da Superintendência de Educação (Sude) Maurício Fanini era um dos operadores do esquema e teria dito que esperava arrecadar R\$ 32 milhões com os desvios, para financiar via caixa dois a campanha de Richa, em 2014.

Segundo o delator, o “o grosso dos valores” foi desviado diretamente por meio de repasses feitos em dinheiro a Fanini, em 2014. O dinheiro foi repassado pessoalmente por Lopes de Souza, que usou mochilas e caixas de vinho para transportar os maços de cédulas. O construtor relatou que chegou a perguntar ao ex-diretor da Sude se os valores estavam mesmo indo para a campanha de Richa. Fanini teria respondido que sim.

Além de Richa, a delação também atingiu outros integrantes da cúpula política do Paraná. Lopes de Souza descreveu pagamento de propina ao atual presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB). Em um dos pagamentos, ao ver a mala com dinheiro, Traiano teria perguntado ao empresário se “não pode me dar mais?”.

Lopes de Souza também relatou pagamento de R\$ 460 mil ao secretário-chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB). Segundo o delator, quando o político o via, esfregava as mãos e perguntava: “Tem coisa boa pra mim hoje?”. As denúncias envolvem também outros parlamentares, como o deputado Plauto Miró (DEM), primeiro-secretário da Assembleia.

CONTINUAÇÃO
Outro lado

14 SET 2017

GAZETA DO POVO

Com a exceção de Fanini, que não se manifestou quando o conteúdo da delação veio à tona, todos os mencionados negaram envolvimento com as irregularidades. Em uma entrevista coletiva, o governador chamou Lopes de Souza de “criminoso contumaz” e afirmou que vai mover um processo judicial contra o delator. “Nunca estive com ele, nunca pedi nada para ele, nunca autorizei ninguém que pedisse alguma coisa para ele”, afirmou o governador, na ocasião.

Rossoni se defendeu, dizendo que não deve prevalecer a “palavra de um bandido” e acrescentou que renuncia ao cargo público que ocupa se houver alguma prova contra ele. Ele também atacou a imprensa. Traiano repudiou “veementemente as acusações infundadas e sem provas apresentadas pela reportagem” e disse que não tem “conhecimento sobre a delação”. Plauto Miró negou qualquer envolvimento com os fatos citados na delação e disse aguardar com serenidade a apuração do caso.

14 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco deflagra nova etapa da Operação Publicano

Um contador, um empresário e um advogado são investigados pelos crimes de falsidade ideológica e tentativa de impedir apuração de denúncia



"A denúncia é sobre coação de testemunha, embaraço à investigação, falsidade ideológica", resumiu o promotor e coordenador do Gaeco, Jorge Barreto da Costa

Loriane Comeli
Reportagem Local

Promotores e policiais do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) cumpriram na manhã dessa quarta-feira (13) mandados de busca e apreensão nas residências e escritórios de um contador, de um empresário e de um advogado que teriam praticado crimes de falsidade ideológica e tentativa de impedir a apuração

de fatos narrados na quarta fase da Operação Publicano, cujas audiências de instrução foram realizadas em fevereiro deste ano.

Os mandados de busca e apreensão foram expedidos pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, titular dos processos da Publicano, que deferiu, contra os sete réus, medidas cautelares como o monitoramento eletrônico. O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, disse que a denúncia já foi

protocolada, há pouco mais de uma semana, mas o processo ainda está sob sigilo e, por isso, os nomes dos réus não podem ser revelados.

CONTINUA

14 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Ele explicou que, na Publicano 4, um empresário do setor de autopeças havia constituído uma empresa em nome de “laranjas” - sua filha e sobrinha. “Ele admitiu em interrogatório que a empresa era dele”, lembrou o promotor. Posteriormente, as parentes foram substituídas no contrato social por outra “sócia”. Tanto ela, quanto o empresário, o contador e as parentes “laranjas” foram denunciados na Publicano 4.

Esta “sócia”, no entanto, não foi localizada em qualquer endereço para ser citada. Então, falsamente o advogado teria protocolado petição nos autos, dando a suposta cliente por citada e, inclusive, segundo o promotor, apresentou defesa em nome dela. Quando a Justiça expediu intimação para que ela fosse interrogada, novamente houve uma fraude, em que o advogado falsamente informava que a “cliente” pedia dispensa do interrogatório. “Era uma manobra para impedir que ela fosse localizada e ouvida”, explicou o promotor.

Porém, a “sócia laranja” acabou sendo localizada no Rio Grande do Sul e ouvida pela Justiça - seu depoimento, em vídeo, foi enviado para Londrina. “Ela afirma que jamais esteve em Londrina, que não conhece qualquer dessas pessoas e que não sabe como seus documentos serviram para integrar a empresa”, relatou Costa. Porém, depois de tudo isso, “o grupo denunciado ainda ofereceu vantagem indevida para que

ela alterasse a sua versão dos fatos”. “A denúncia é sobre coação de testemunha, embaraço à investigação, falsidade ideológica”, resumiu o promotor.

Na Publicano 4, o empresário é acusado de ter aderido a acordo de corrupção e entregado R\$ 500 mil, por meio de outro empresário, para Márcio de Albuquerque Lima, então delegado da Receita de Londrina. Com isso, a empresa não foi autuada em auditoria da Receita, segundo a denúncia. Lima seria o líder da organização criminosa incrustada na Receita Estadual, desbaratada pela Publicano, que foi deflagrada em março de 2015. Ao todo, 73 auditores foram acusados. Em sentença de dezembro do ano passado, relativo à Publicano 1, Lima foi condenado a 96 anos de prisão, assim como outros 41 réus daquela ação.

14 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

Assédio nas universidades

Casos de assédio moral e sexual nas universidades do Paraná reacendem a discussão da violência contra a mulher no ambiente acadêmico. Recentemente, a abertura de processos de investigação contra dois professores da UEM (Universidade Estadual de Maringá) gerou manifestação de estudantes. Na UEL (Universidade Estadual de Londrina), comentários machistas e agressivos postados em uma rede social por um aluno do curso de medicina também gerou revolta. O assédio nas universidades é discutido entre coletivos feministas e comissões dessas instituições, mas é importante que o debate alcance outros públicos. Principalmente porque o machismo é tão naturalizado no Brasil, que muitas mulheres desconhecem que são vítimas de um crime. Segundo a Constituição, “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual” é crime. Uma pesquisa realizada pela Organização Não Governamental ActionAid, no ano de 2016, mostrou que 86% das brasileiras entrevistadas disseram ter sofrido assédio em espaços urbanos. Entre as 503 mulheres entrevistadas, todas as estudantes afirmaram terem sido assediadas. Na UEM, a investigação, que envolve dois professores suspeitos de assédio, segue em sigilo. Mas a comunidade universitária se movimentou para levar o tema para além do campus da UEM. Uma mostra fotográfica trouxe vítimas de assédio segurando placas com mensagens expondo os casos. A exposição teve grande repercussão, principalmente porque empresta voz para mulheres que denunciaram o problema ou para aquelas jovens que se sentiram constrangidas em apresentar queixa. E as fotos trazem exemplos revoltantes, quando o professor diz que a mulher na universidade é desperdício, ou quando oferece projeto de pesquisa em troca de sexo. As denúncias de assédio em universidades não podem ser silenciadas e esquecidas. É preciso investigar e punir os culpados. Mas também é preciso acontecer uma mudança cultural.

14 SET 2017

FOLHA DE LOND RINA

Por unanimidade, STF mantém Janot em investigações sobre Temer

Leticia Casado e
Reynaldo Turollo Jr.
Folhapress

Brasília - Por 9 a 0 os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votaram contra o pedido da defesa de Michel Temer para impedir o procurador-geral Rodrigo Janot de atuar em casos envolvendo o presidente. A questão foi julgada na tarde dessa quarta-feira (13) no plenário do tribunal. Os ministros seguiram o entendimento do relator do caso, Edson Fachin. Para Fachin, não há argumentos que justifiquem o pedido da defesa de Temer. Os colegas concordaram. Os ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso não participaram do julgamento.

Primeiro a votar depois do relator, Alexandre de Moraes afirmou que a questão sobre a suspeição de Janot deveria se ater ao Código de Processo Penal. "Me parece que não ficou comprovada inimizade pessoal [entre Janot e Temer], uma motivação personalíssima de ofensa, ódio", afirmou.

A posição de Fachin no julgamento não foi uma surpresa. Em agosto, ele já havia negado monocraticamente (individualmente) o pedido de Temer, que recorreu ao plenário.

Para o presidente, o STF deveria suspender o andamento de uma nova denúncia até que sejam analisadas eventuais irregularidades no acordo de delação premiada da JBS. Fachin levou o caso para ser discutido com os colegas da Corte.

Fachin disse que a denúncia apresentada por Janot contra Temer em junho, sob acusação de corrupção passiva, bem como eventual nova denúncia precisam obedecer a normas previstas no Código de Processo Penal e passar por controle jurídico (no Supremo) e político (na Câmara dos Deputados), conforme previsto na Constituição.

A defesa de Temer argumentou que a primeira denúncia contra ele não tinha provas e que Janot perseguiu o peemedebista. Sobre o "protagonismo excessivo" atribuído a Janot pela defesa de Temer, Fachin disse que o procurador-geral age com transparência ao emitir opiniões - o que não configura inimizade entre ele e o presidente.

A expectativa é que Janot apresente nova denúncia contra Temer até sexta-feira (15). Ele deixa o cargo no domingo (17). Na segunda-feira (18), a subprocuradora-geral Raquel Dodge passa a chefiar o Ministério Público Federal.

14 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

OPINIÃO DO LEITOR

Sede de justiça!

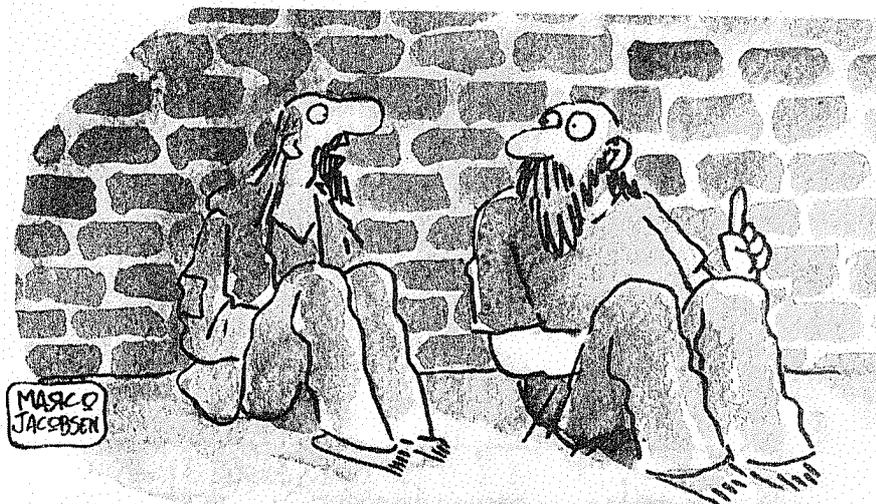
Concordo com a elucidativa explanação do advogado Ricardo Laffranchi (Opinião, 09/09), elencando e defendendo os trâmites dos processos no Supremo Tribunal Federal envolvendo os ladrões do erário. Cabe-me apenas divergir do nobre causídico que, o povo não tem sede de vingança, conforme deixa transparecer, mas, simplesmente, sede de justiça e, no nosso País, a Justiça não tem vendas nos olhos.

LUIZ ALBERICO PIOTTO (servidor público) - Cambé

Bala perdida

Respeito a opinião do advogado Ricardo Laffranchi (Opinião, 09/09) sobre o ministro Gilmar Mendes, mas pelas decisões que temos visto desse ministro não concordo (e milhões de brasileiros também não concordam). Pelo que li em vários livros de psicologia, a erudição não muda índole e o caráter essencial de uma pessoa. Alguém pode ser um “devorador” de livros e chegar à condição de super instruído e gênio pela erudição, mas poderá usar esse conhecimento para o mal. Quantas vezes já ouvimos a expressão “gênio do mal”, “advogado do diabo”? Mas se o nobre ministro do Supremo não é mal-intencionado, ele pode estar caquético ou gagá e, nesse caso, faria um grande serviço à nação pedindo a aposentadoria. Quanto à separação e independência dos poderes, na teoria é uma beleza, mas na prática é uma balela. Se os ministros do Supremo são indicados politicamente, eles dependem dos políticos para estar lá, então como falar que o Judiciário é essencialmente independente de outros poderes ou do poder político? Como a operação Lava Jato está nos mostrando que a maioria dos políticos da alta cúpula estão envolvidos em corrupção, para a cúpula do STF ser forte e independente, moralmente falando, os ministros teriam que chegar aos cargos por outro tipo de escolha que indicasse o mérito deles e não depender de indicação de políticos sem moral. O povo não tem sede de vingança e sim de Justiça para com os usurpadores da pátria.

SWAMIVERONESI (músico) – Santo Antônio da Platina



- Será que vão prender o Lula?

- Só vamos saber no último capítulo dessa novela.

14 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Folclore

Ratinho Júnior afirmou ontem que CPI da Quadro Negro é bravata. Ocorre que o ministro Luiz Fux a ratificou o que gerará problemas políticos até maiores do que discussões nervosas no Legislativo. Setores do governo estão altamente comprometidos e como sempre figuras da intimidade do governador, como se dá também na Publicano. Dizer que não é mais amigo dos indiciados não o salva das presunções maliciosas e normalíssimas em política. Da mesma forma que a fidelidade ao Ezequias, ainda que meritória na perspectiva do agrupamento, não o favorece. De outro lado, vai pegar pela frente a APP que explorará o massacre e agora também a Quadro Negro. Contra Alvaro Dias, os professores se postavam de costas para o palanque e ajudaram a derrotá-lo. Agora, além da violência, o tempero da corrupção, pimenta pura.

JORNAL DO ÔNIBUS

Delação homologada

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, homologou a delação premiada de Eduardo Lopes de Souza, dono da Construtora Valor, investigada na Operação Quadro Negro. A homologação ocorreu na sexta-feira (8) e foi confirmada nesta quarta-feira (13). Na delação, o empresário citou os nomes do governador Beto Richa, do PSDB, e outros políticos do estado, em um esquema que, de acordo com o delator, desviava dinheiro de obras em escolas públicas. De acordo com ele, políticos e outros agentes públicos eram beneficiados com propina de contratos irregulares.

14 SET 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Lula nega as acusações e chama Palocci de "calculista"

Ex-presidente depôs sob acusação de receber propina

Q O ex-presidente Lula afirmou que o ex-ministro de seu governo Antonio Palocci "mentiu" em depoimento ao juiz Sérgio Moro. "Eu vi o Palocci mentir aqui", afirmou. Lula chamou o ex-ministro de "calculista e frio" e disse que Palocci só citou seu nome na tentativa de fazer delação premiada e reduzir alguns anos de condenação. Lula falou ao juiz Moro por cerca de quatro horas, na tarde de ontem, e negou as acusações de ter recebido propina da Odebrecht.

"Ele fez um pacto de sangue com os delatores, com os advogados deles e talvez com o Ministério Público", afirmou Lula, em referência ao "pacto de sangue" que Palocci afirmou haver entre Lula e a Odebrecht, incluindo um pacote de propinas de R\$ 300 milhões.

Nesta ação, Lula é acusado de receber propina da empreiteira Odebrecht por meio da compra de um terreno para a nova sede do Instituto Lula, que não chegou a ser construída, e de um apartamento vizinho ao que mora em São Bernardo do Campo (SP). ●

Advogado de Palocci chama Lula de dissimulado

O ex-presidente Lula é "dissimulado" e mudou de opinião após Antonio Palocci ter decidido "falar a verdade", afirmou ontem Adriano Bretas, advogado do ex-ministro. "Enquanto Palocci mantinha o silêncio, era inteligente e virtuoso; depois que resolveu falar a verdade, passou a ser tido como calculista e dissimulado", afirmou Bretas. Foi uma referência ao depoimento do ex-presidente dado nesta quarta ao juiz Sérgio Moro. "Eu vi o Palocci mentir aqui", afirmou Lula. Ele chamou o ex-ministro de "calculista e frio" e disse que Palocci só citou seu nome para reduzir alguns anos de condenação. "Fiquei com pena disso". ■

Supremo mantém Janot em investigações contra Temer

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, à frente das investigações sobre o presidente Michel Temer. Em julgamento na tarde de ontem, votaram nesse sentido os nove ministros da Corte presentes na sessão: Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Cármen Lúcia.

Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes não participaram da sessão. A defesa do presidente aponta perseguição por parte do procurador-geral, o que retiraria sua imparcialidade. Em seu voto, a presidente do STF Cármen Lúcia, disse que o Ministério Público continuará o trabalho de combate à corrupção, mesmo após a saída de Janot da PGR e que as "instituições são mais importantes que as pessoas". ●

14 SET 2017

METRO

Hotéis entram com ação no STF para discutir ISS

Imposto sobre Serviços. Associação afirma que isenção para plataformas on-line de locação gera concorrência desleal e cobra tratamento igualitário para o setor hoteleiro

A Abih Nacional (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), representada pelo escritório de advocacia Bianchini Associados, entrou com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF (Supremo Tribunal Federal) para discutir a cobrança de ISS (Imposto Sobre Serviço) da atividade hoteleira. Para a entidade, a ausência de taxação sobre serviços oferecidos em plataformas on-line como o Airbnb gera uma concorrência desigual.

“Se há um mesmo negócio jurídico, e os municípios brasileiros já decidiram, por omissão, que as empresas estrangeiras que atuam no Brasil não precisam pagar ISS so-

bre a venda de pernoites em apartamentos residenciais, a Constituição Federal impõe que o mesmo tratamento seja dado aos hotéis nacionais”, diz a associação em nota.

De acordo com Giovanna Bianchini, signatária da ADI, o artigo 156 da Constituição Federal de 1988 estabelece que compete aos municípios instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza. A advogada cita o artigo 110 do CTN (Código Tributário Nacional): “a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição

Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos municípios, para definir ou limitar competências tributárias”.

Segundo a advogada, a lei complementar 116 de 2003 listou as atividades na hotelaria sujeitas à cobrança do ISS: “hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao

Imposto Sobre Serviços)”.

De acordo com Giovanna Bianchini, por tratar-se de um contrato de natureza mista, grande parcela da atividade hoteleira se refere à locação. “Decerto que a oferta ao público do bem imóvel pode vir acompanhada de serviços. Entretanto, a atividade preponderante é a de disponibilizar uma unidade imobiliária a terceiro por um determinado tempo. Contudo, [...] tributa-se sua totalidade pelo ISS, inconstitucionalmente, como se a hospedagem fosse composta exclusivamente por uma prestação de serviços”, diz a ação.

● METRO

STF mantém Janot no caso JBS

Por nove votos a zero, o STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou afastar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, do caso JBS, como pedia a defesa do presidente Michel Temer.

Relator do caso, o ministro Edson Fachin afirmou que não ficou caracterizada a perseguição alegada pelo peemedebista.

“Entendo não se qualificar com inimizade capital a expressão de atividades do Ministério Público”, afirmou no voto. “É o único integrante do Ministério Público que pode processar o presidente. É da sua atribuição processar o presidente a luz dos documentos levados à Sua Excelência.”

O advogado de Temer, Antonio Cláudio Mariz, reclamou do vocabulário de Janot. “Bambu, flechada. Não é assim que os grandes procuradores agiam”, disse.



“O presidente quer trabalhar.

Ele não consegue. A cada momento aparece uma nova denúncia. Quando não é a denúncia, é ameaça de denúncia.”

ANTONIO CLÁUDIO MARIZ, ADVOGADO DO PRESIDENTE MICHEL TEMER

O procurador declarou que ‘enquanto houver bambu haverá flecha’ para se referir sobre sua atuação.

“A expressão de ‘lançar flecha’ nada mais significa que o procurador-geral exercerá seu mandato até o fim, manejando os instrumentos processuais que a lei lhe confere”, defendeu o vice-procurador-geral da República, Nicolao Dino.

Nova denúncia

O STF adiou a segunda parte do julgamento sobre o pedido da defesa, que quer que uma nova denúncia contra Temer fique suspensa até que seja julgada a validade das provas da delação da JBS.

“Pela primeira vez me defronto com pedido para que o STF impeça a oferta de uma denúncia pelo MP. É a quebra do sistema”, protestou Marco Aurélio.

Mariz afirmou que é preciso apurar se houve mentira por parte dos delatores. “Novos fatos estão surgindo. Acho temerário processar uma denúncia”, defendeu.

A sessão será retomada na próxima quarta-feira.

O adiamento do julgamento, porém, não impede que Janot apresente nova denúncia contra Temer. Há a expectativa de que o novo pedido seja encaminhado ainda hoje ao STF. **METRO BRASÍLIA**

Joesley e Saud pedem para deixar a prisão

A defesa de Joesley Batista e Ricardo Saud, executivos da JBS, entrou ontem com pedido para que o ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), não prorrogue a prisão temporária, cumprida desde domingo, e que vence hoje.

Os dois foram presos após pedido da PGR (Procuradoria Geral da República) apontar descumprimento do acordo de delação premiada, por omissão de provas.

“Considerando que eles não cooptaram membros do Ministério Público e/ou omitiram informações maliciosamente, tampouco pretendem omitir provas, requer-se que a prisão temporária não seja renovada, muito menos, convertida em preventiva”, afirma a petição do advogado Antonio Carlos de Almeida Castro. **METRO BRASÍLIA**

Risco de prisão

Julgamento é adiado

Um pedido de vista adiou ontem o julgamento do recurso que pode levar o ex-ministro José Dirceu de volta a prisão. O relator do processo no TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), desembargador João Pedro Gebran Neto, votou por ampliar a pena de 20 anos e três meses para 41 anos e quatro meses. Dirceu está em prisão domiciliar desde maio e foi condenado em 1ª instância acusado de receber R\$ 15 milhões em propinas da empreiteira Engevix.

TJ-PB define que juiz plantonista pode atuar em audiência de custódia

Cabe ao juiz plantonista conduzir a audiência de custódia e assim definir se é lícita a prisão em flagrante. Este é o entendimento da Corregedoria-Geral de Justiça da Paraíba, que divulgou a tese por meio de um parecer assinado pela juíza-corregedora Silmary Alves de Queiroga.

A necessidade de um

preso em flagrante ser apresentado ao juiz em audiência de custódia foi estabelecida pela Resolução 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça determina que toda pessoa presa em flagrante seja apresentada, em até 24 horas, à autoridade competente, no caso, o juízo plantonista.

Negada extradição de vietnamita por crime inexistente no Brasil

Para que uma extradição seja autorizada, é preciso que a conduta da qual o réu é acusado seja crime nos dois ordenamentos jurídicos — requisito da dupla tipicidade. Sem isso, a extradição deve ser negada.

Assim, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou pedido de extradição de um cidadão vietnamita, acusado de apropriação criminosa de empréstimos em

seu país, enquanto atuava como diretor de empresa do ramo imobiliário, entre 2006 e 2007. Para a 2ª Turma do STF, não há elementos para enquadrar a conduta como crime na legislação brasileira.

O extraditando foi enquadrado no Vietnã no crime de “abuso de confiança para apropriação de propriedade”, previsto no artigo 140 do Código Penal do país.

Por unanimidade, Supremo rejeita suspeição de Janot para atuar contra Temer

Por 9 votos a 0, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem pedido feito pela defesa do presidente Michel Temer para que seja declarada a suspeição do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para atuar nas investigações relacionadas ao presidente, iniciadas a partir das delações da JBS.

Os ministros seguiram o voto proferido pelo relator do caso, ministro Edson Fachin, que negou o mesmo pedido antes de o recurso chegar ao plenário. No voto proferido na sessão de ontem, o relator disse que não há indícios de que Janot atuou de forma imparcial e com “inimizade” em relação a Temer.

14 SET 2017

BEMPARANÁ

Supersalários

O deputado federal paranaense

Rubens Bueno (PPS) foi escolhido na terça-feira para ser o relator da comissão especial da Câmara que analisará o projeto que impõe limite aos salários acima do teto constitucional nos três

Poderes. O chamado "Projeto Extrateto" visa impedir que adicionais incorporados ao salário – os chamados 'penduricalhos' – elevem a remuneração acima do valor que é pago a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Privilégios

Bueno disse que o objetivo da comissão não é perseguir qualquer categoria de servidor público e sim regulamentar a aplicação do teto previsto na Constituição. "O que pretendemos barrar são abusos e privilégios que não condizem com a realidade do país", disse.

Holerite

Nas últimas semanas vários casos de supersalários foram revelados, principalmente no Judiciário. Há situações, como no Mato Grosso, em que um juiz recebeu mais de R\$ 500 mil em um mês. E o Tribunal de Justiça do Estado pagou, no mês de julho, vencimentos superiores a R\$ 100 mil a 84 juizes e desembargadores. Em São Paulo, mais de 700 juizes e desembargadores receberam líquido, em junho, salário superior a maior remuneração entre os ministros do STF. Já o Tribunal de Justiça de Minas Gerais pagou, no mês de julho, valores líquidos acima do teto constitucional para quase 98% dos magistrados.

14 SET 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

PRISÃO

A Polícia Federal prendeu preventivamente ontem, em São Paulo, o empresário Wesley Batista na Operação Acerto de Contas, 2ª fase da Tendão de Aquiles. Há uma ordem de prisão contra o empresário Joesley Batista, irmão de Wesley, donos da J&F. Joesley já está preso temporariamente, por ordem do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), desde domingo, 10, por suspeita de violação de sua delação premiada. Os executivos são investigados na Tendão de Aquiles em inquérito sobre manipulação do mercado financeiro, referente ao suposto lucro obtido com a venda de dólares às vésperas da divulgação da delação premiada dos executivos da J&F.

BRONÇA

Em nota divulgada ontem, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República afirmou que as declarações do corretor Lúcio Funaro não são dignas de crédito. "Versões de delator já apontado pelo Ministério Público Federal (MPF) como homem que traiu a confiança da Justiça não merecem nenhuma credibilidade. O criminoso Lúcio Funaro faz afirmações por "ouvir dizer" ou inventa narrativas para escapar de condenação certa e segura", diz o comunicado. O corretor Lúcio Bolonha Funaro narra em seu acordo de colaboração premiada a entrega de R\$ 500 mil para o marqueteiro Duda Mendonça. O repasse estaria relacionado à campanha de Paulo Skaf ao governo de São Paulo e teria sido realizado em um escritório na avenida 9 de Julho. Segundo Funaro, a entrega foi solicitada pelo ex-deputado Eduardo Cunha e era para "atender o presidente Temer".

INVESTIGAÇÃO

O juiz Vallisney de Souza decidiu ontem, remeter ao STF a investigação sobre o "tesouro perdido" atribuído ao ex-ministro Geddel Vieira Lima. O magistrado alegou que "há sinais que podem levar ao indiciamento" do deputado Lúcio Vieira Lima, irmão de Geddel, pelo crime de lavagem de dinheiro.